

economia

Editora: Fernanda Crancio
economia@jornaldocomercio.com.br

RS tem potencial para entrar em nova chamada da Petrobras

Estatual planeja receber fornecimento de biometano a partir de 2026

/ COMBUSTÍVEIS

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O recente anúncio da primeira chamada de propostas para aquisição de biometano por parte da Petrobras animou os agentes do setor. Inclusive o Rio Grande do Sul, que hoje não conta com uma planta de larga escala para produzir o biocombustível, tem possibilidades de conseguir inserir algum empreendimento na disputa, aponta a presidente executiva da Associação Brasileira de Biogás (ABiogás), Renata Isfer.

Ela informa que há pelo menos quatro projetos a serem desenvolvidos no Estado que apresentarão capacidade para atender às exigências da Petrobras (as plantas precisam estar aptas a ofertar, no mínimo, 20 mil metros cúbicos diários de biometano). A dirigente cita entre as iniciativas gaúchas que terão potencial para entrar na disputa a Biometano Sul (70 mil normal metros cúbicos por dia), em Minas do Leão, a SPE Bioo Passo Fundo (36 mil Nm³/dia), em Passo Fundo, e a SPE Central de Tratamento Integrado Resíduo Zero (36 mil Nm³/dia), em Triunfo. Há ainda um quarto complexo, mas que a dirigente prefere não revelar o nome e localização por questões de confidencialidade.

A entrega do biometano à

Petrobras acontecerá a partir de 2026, com prazos contratuais de até 11 anos. O recebimento do biocombustível acontecerá em diferentes pontos, como refinarias, usinas termelétricas, na malha de transporte e de distribuição de gás. Não está definido ainda o volume que será adquirido pela estatal. Contudo, o diretor de transição energética e sustentabilidade da companhia, Maurício Tolmasquim, afirma que “se a empresa obtiver sinalização positiva dos produtores quanto às condições de competitividade e oferta desse insumo, a Petrobras pode adquirir volumes três a quatro vezes maiores do que a produção média diária de biometano do País, que é de cerca de 220 mil metros cúbicos ao dia, conforme registros públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)”.

A presidente executiva da ABiogás considera a chamada pública feita pela estatal como “mais uma etapa da virada de chave do setor de biometano”. Renata acrescenta que, com o programa governamental Combustível do Futuro, que busca aproximar a agricultura do setor de biocombustíveis e prevê investimentos de R\$ 260 bilhões até 2037, o biometano vive perspectivas promissoras.

Já a pesquisadora da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e coordenadora do 7º Fórum Sul Brasileiro de Biogás e Biometano, Suelen

Paesi, também recebeu com entusiasmo a iniciativa da Petrobras. “A empresa está colaborando para tornar o Brasil cada vez mais um país de produção de energia verde”, destaca.

O biometano é proveniente do processo de purificação do biogás, produzido a partir da decomposição de matéria-prima de origem orgânica, que pode ser oriunda, por exemplo, do lodo de estações de tratamento de esgoto ou de dejetos de animais como suínos e aves. O biocombustível pode substituir o uso do gás natural fóssil como combustível veicular, entre outras funções, sem ter o mesmo impacto ambiental do seu concorrente.

Suelen salienta que a dinâmica do biogás e do biometano permite um melhor gerenciamento de resíduos gerados por diversos segmentos da economia e da sociedade brasileira, de uma forma sustentável. A dirigente reforça que a cadeia desses biocombustíveis associa os setores produtivo e ambiental.

De acordo com Suelen, apesar de o RS ainda não ter planta de biometano de larga escala operando, possui potencial para a produção do biogás purificado com resíduos urbanos e através dos rejeitos de atividades agroindustriais. Sobre o 7º Fórum Sul Brasileiro de Biogás e Biometano, ela lembra que se trata de um evento itinerante e, desta vez, ocorre em Bento Gonçalves.

RGE investiu R\$ 1,2 bilhão no Estado entre janeiro e setembro de 2024

DIVULGAÇÃO RGE/JC



Aporte integra o plano de investimentos da concessionária de energia

/ INFRAESTRUTURA

Eduardo Torres

economia@jornaldocomercio.com.br

De janeiro a setembro de 2024, a RGE investiu R\$ 1,2 bilhão no Rio Grande do Sul. Com isso, deu início ao seu plano de investimentos de R\$ 9,3 bilhões entre 2024 e 2028, que representará 30% a mais do que a concessionária investiu no ciclo entre 2019 e 2023.

A previsão da empresa é concluir a inspeção de mais de 154 mil quilômetros de redes até o primeiro semestre de 2025. Desde 2020 já foram 133 mil quilômetros (87%) executados, com a substituição de aproximadamente 285 mil postes.

Agora, entre os principais

Ficha técnica

- Investimento: R\$ 1,2 bilhão
- Estágio: Concluído
- Empresa: RGE
- Cidades: Diversas
- Área: Infraestrutura
- Investimentos em 2023: R\$ 1,48 bilhão

projetos para o plano de investimentos até 2028 estão as implementações de 24 novas subestações. Atualmente a empresa possui 164 subestações telecomandadas. Em 2025, a companhia investirá em cinco subestações em Frederico Westphalen, Gravataí, Santa Maria, Nova Santa Rita e Cruzeiro do Sul.

Em todo o ano passado, a RGE aportou R\$ 1,48 bilhão no Estado.

Energia solar atinge 52 gigawatts e R\$ 238,3 bilhões em aportes no País

/ ENERGIA

A fonte solar acaba de atingir a marca de 52 gigawatts (GW) de potência instalada operacional no Brasil, segundo balanço da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). De acordo com a entidade, desde 2012, o setor fotovoltaico trouxe ao Brasil mais de R\$ 238,3 bilhões em novos investimentos, gerou mais de 1,5 milhão de empregos verdes e contribuiu com mais de R\$ 73,8 bilhões em arrecadação aos cofres públicos.

O balanço considera o somatório da geração própria solar via pequenos e médios sistemas (com 34,8 GW) e das grandes usinas solares (com 17,4 GW) espalhadas pelo País. Com isso, a fonte solar já evitou a emissão de cerca de 63 milhões de toneladas

de CO₂ na geração de eletricidade, contribuindo para a transição energética no Brasil. Atualmente, a fonte representa 21,4% de toda a capacidade instalada da matriz elétrica brasileira, sendo a segunda maior da matriz.

No entanto, em novembro de 2024, o governo federal anunciou novo aumento do imposto de importação sobre módulos fotovoltaicos (painéis solares), de 9,6% para 25%. A medida prejudica o avanço da tecnologia no Brasil, pois encarece a energia solar para os consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e públicos, dificultando o acesso à fonte solar pela população, justamente em um momento em que o mundo trabalha para combater as mudanças climáticas e acelerar a transição energética.



Biocombustível acarreta menos impacto ambiental do que o gás natural

JOÃO MATTOS/ARQUIVO/JC